

UM OLHAR SOBRE AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS NA ESCOLHA DO GESTOR EM UMA ESCOLA DO CAMPO NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE RORAIMA¹

Hellen Cris de Almeida Rodrigues²

Emanuella Silveira Vasconcelos³

RESUMO

Muitos são os princípios que direcionam a escola como espaço democrático. Na Constituição Brasileira de 1988 são garantidos princípios que norteiam a consolidação da gestão participativa, tais como: obrigatoriedade, igualdade, gratuidade, e gestão democrática. Com relação à Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB) que normatiza as diversas modalidades de ensino, no art. 214 trata sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação, resguardando os princípios garantidos pela Constituição. Nesse sentido, ao refletir sobre os princípios da gestão democrática, a autonomia se configura como sendo um princípio fundamental para a garantia de um espaço democrático, mas para que isso seja realidade é necessário que firmados mecanismos que contribuam para este processo de consolidação, a exemplo, a eleição dos gestores. No Brasil não existe uma lei que especifique direcione a escolha dos gestores das escolas e a maioria das vezes esta escolha é feita por indicação política sendo este considerado um cargo de confiança. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as implicações da escolha política do gestor em uma escola do campo na região Norte do Estado de Roraima. O presente trabalho situa-se no campo das investigações qualitativas, por conseguinte descritivas e interpretativas. Em relação aos instrumentos de coleta de dados foram utilizados: observação participante, registros em um caderno de campo e entrevistas informais a fim de responder os objetivos traçados neste estudo realizadas na sala de aula ou demais espaços da escola. Assim, os dados construídos ao longo do ano de 2017 a partir desses recursos corroboraram nos elementos necessários na construção das análises realizadas. Os participantes da pesquisa foram duas professoras, a coordenadora pedagógica e a gestora. Resultados apontam que as escolhas políticas dos dirigentes da escola repercutem de forma significativa no ambiente educacional dos participantes da escola.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Eleição de gestores. Escola do campo.

A gestão democrática é resultado das reivindicações dos movimentos sociais durante o período militar tornando-se como um dos princípios fundamentais na educação e na própria Constituição Federal Brasileira de 1988. Bastos (2002) explicita que o princípio da gestão democrática tem como base o restabelecimento do controle da sociedade civil em relação à educação e a escola pública e as tomadas de decisões em suas várias vertentes, seja elas, na formação dos conselhos escolares como também na luta por salários dignos dos professores. O autor (2002, p. 9) acredita que, “para a sociedade, e para trabalhadores em educação, a democracia da escola e na escola é o único caminho para reconstruir a escola pública de qualidade”.

1 O presente trabalho é parte dos dados coletados durante a pesquisa de campo feita pela Prof^{ra}. Esp. Hellen Rodrigues, ao longo do processo de Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Roraima – UERR.

² Pedagoga e Licenciada em Educação Física, Especialista em Gestão Escolar e mestranda em Educação pela UERR. Professora efetiva na Universidade Federal de Roraima – CAp/UFRR

³ Pedagoga, Especialista em Educação Infantil e Mestre em Ensino de Ciências. Professora efetiva na Universidade Federal de Roraima – CAp/UFRR



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

O movimento a favor da descentralização e da necessidade de implantação de um espaço democrático deu-se na década de 1980. Este movimento teve como base as reformas legislativas que garantem eficiência e qualidade na educação pública. Para Lück (2002), o objetivo do movimento foi busca contínua da participação da comunidade escolar na escolha de diretores, a criação de um conselho escolar deliberativo e possibilidade dos repasses financeiros às escolas e conseqüentemente o aumento da sua autonomia.

Além do movimento de reivindicações as instituições escolares também foram pressionadas e impulsionadas a uma reestruturação nos seus sistemas devido aos avanços científicos e tecnológicos. Esses tipos de transformação no mundo do conhecimento exigem mudanças na qualificação profissional e conseqüentemente na escola. Vale ressaltar que estas transformações ocorrem em escala mundial e são resultados de vários acontecimentos, sejam eles, políticos, econômicos, culturais ou geográficos. Libâneo (2004, p. 49) diz que “se faz necessário educar para a participação social, para o reconhecimento das diferenças [...], para a diversidade cultural, para valores e direitos humanos”. Isso mostra que o acesso à escola é sim um espaço que determina a qualidade da participação nas tomadas de decisões existentes na sociedade.

A escola em que ocorreu o presente estudo parece não ir ao encontro das concepções referentes a gestão democrática. Durante o ano de 2017 os participantes da escola discursavam de forma temerosa diariamente a troca de gestão referente ao ano vindouro. Demonstravam constante preocupação em relação à indicação política para o desenrolar das atividades escolares.

Ao ser questionado sobre as suas impressões acerca da escolha do diretor, uma das professoras deixou claro que a chegada de um gestor era o resultado de indicações políticas na maioria das vezes reflete de forma negativa as demandas da escola. Para ela a falta de conhecimento das especificidades escolares por parte do novo gestor estagna projetos significativos encabeçados pela gestão passada repercutindo de forma direta nas atividades da instituição escolar.

De acordo com os entrevistados as mudanças de dirigentes acontece sempre em ano político não havendo diálogo com a comunidade escolar referente a indicação. No relato de outra professora entrevistada fica claro a frustração em não poder participar nas tomadas de



decisões de escolha do gestor escolar e acredita que as necessidades da escola quase nunca são atendidas tendo em vista o desconhecimento das especificidades da escola do campo. De acordo com a entrevistada as situações de uma escola do campo são diferentes das instituições situadas na cidade e precisam ser vistas vislumbrando minimizar os problemas existentes.

Conforme previsto, a instituição recebeu em 2018 um gestor indicado pelos políticos da região. Em forma de protesto os atores da escola paralisaram as aulas não permitindo o desenvolvimento das atividades escolares. Mesmo diante o ocorrido, a pressão popular não foi suficiente para garantir um espaço de diálogo sobre as manifestações.

Segundo Luckesi (2007) uma escola nada mais é do que seus gestores e demais participantes tomando decisões e firmando uma identidade criada por intermédio da comunidade e para a comunidade. Vale ressaltar que os profissionais indicados quase sempre são oriundos da capital do estado dificultando uma continuidade no trabalho na escola.

A gestão democrática está em processo de construção. Para que ela seja efetiva, existe mecanismo de construção, são eles: eleição de diretores, formação de órgãos e colegiados e a descentralização de recursos financeiros. A eleição de diretores deve ser vista não como um evento que democratiza, mas como parte de um processo participativo que deve ser significativo para a escola.

A partir destas reflexões entende-se que o convívio e a troca de opiniões e saberes são necessários em toda a esfera da sociedade, e a escola por sua vez, tem como objetivos esses fins que é contribuir para o desenvolvimento social e intelectual do indivíduo, por isso todos precisam estar unidos neste processo de desenvolvimento humano, ou seja, escola e comunidade necessitam falar a mesma língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BASTOS, João Batista e outros. **Gestão democrática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola – teoria e prática**. Goiânia, Alternativa, 2000.

LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. V.1. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educativo, n. São Paulo: Criart, 2007.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>